

A RELAÇÃO HUMANO-ANIMAL NA CIDADE: POR UM URBANISMO MAIS-QUE-HUMANO
THE HUMAN-ANIMAL RELATIONSHIP IN THE CITY: FOR A MORE-THAN-HUMAN URBANISM
CAROLINA RIBEIRO SIMON

Carolina Ribeiro Simon é Arquiteta e mestranda em Arquitetura e Urbanismo. É pesquisadora do grupo de pesquisa sobre Ética e Direitos dos Animais do Diversitas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e do grupo de estudos Devaneios experimentais e Poéticas Imaginativas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade. carolinasimon@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/8745932573739044>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: SIMON, C. R. A relação humano-animal na cidade: por um urbanismo mais-que-humano. **VIRUS**, n. 25, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v25/643/643pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Partindo de uma análise acerca do tratamento dispensado aos animais no contexto das transformações urbanas da cidade de São Paulo, com especial atenção às práticas vinculadas ao controle das zoonoses, o ensaio aqui apresentado traz uma reflexão acerca do processo de exclusão sofrido pelos animais, buscando detectar práticas embasadas em discursos hegemônicos. Os animais tiveram um papel significativo no desenvolvimento da cidade, no entanto, além de não terem sido reconhecidos como agentes que participam ativamente da construção das cidades, também sofreram perseguição. Fazendo parte do urbano, os animais não escaparam do campo de disputas territoriais e tiveram sua presença negada por posturas que restringiam sua circulação pelas ruas, sendo que algumas delas inclusive os condenaram ao extermínio. A partir de um levantamento histórico e teórico relacionado à interação humano-animal no meio urbano, pretende-se identificar práticas hegemônicas associadas à presença animal, que foram difundidas no imaginário social, influenciando o modo de planejar e de habitar as cidades. Ao examinar posturas relacionadas ao combate às zoonoses no espaço urbano paulistano, o artigo busca abrir um campo de reflexão acerca da relação humano-animal nas cidades brasileiras, com o intuito de fomentar uma prática crítica contra interesses hegemônicos, à luz dos conceitos dos estudos pós-coloniais e vislumbrando possibilidades de descolonizar o futuro, nos moldes propostos por Faranak Miraftab (2016).

Palavras-chave: Decolonialidade, Urbanismo, Relação humano-animal, Planejamento insurgente

1 Introdução

Diante da necessidade de se questionar o pensamento hegemônico no campo da arquitetura e urbanismo, especialmente quanto à realidade de negação da presença animal nas cidades, buscou-se, através de um levantamento histórico, compreender em que base se moldou a relação humano-animal nas cidades. Em face de uma perspectiva histórica que contribua para identificar tais relações, foi possível elaborar uma análise sobre os modos pelos quais os pontos levantados incidem no meio urbano. O presente ensaio teórico se insere como um dos desdobramentos da pesquisa de mestrado atualmente em desenvolvimento, que trata do impacto do combate às zoonoses no imaginário urbano da cidade de São Paulo e os seus rebatimentos espaciais. Conforme destacado por Adorno (1986), no "ensaio se reúnem, discretamente, em um todo legível, elementos separados entre si e até mesmo contrapostos", sendo que "o ensaio não erige um travejamento nem uma construção" (ADORNO, 1986, p. 177). A reflexão aqui apresentada, ao se debruçar no levantamento bibliográfico e na pesquisa documental, busca empreender e estimular uma abertura e uma revisão crítica acerca do tema da relação humano-animal no campo do urbanismo.

Como agentes que constroem mundos em conjunto e que partilham do espaço urbano, parte-se do pressuposto de que os animais necessitam ter sua existência devidamente reconhecida e valorizada, sendo para isso necessário compreender as raízes que moldaram tais relações. E, com isso, buscar novas formas de planejamento do espaço urbano essencialmente contra-hegemônicas que possibilitem um convívio harmônico entre os companheiros multiespécie que nele habitam. É possível constatar, no decorrer da história da urbanização, a importância dos animais no processo de desenvolvimento das cidades. No caso da cidade de São Paulo, os animais, especialmente as mulas, tiveram um papel fundamental no transporte de pessoas e cargas. Nos relatos de viajantes que percorreram as províncias do Brasil no início do século XIX sobressaem as dificuldades e vantagens relacionadas ao principal meio de transporte utilizado na época, com tração animal. Com presença marcante pelas ruas da cidade, os carros de bois carregavam lenha para os fogões, verduras para os mercados, materiais de construção para as novas edificações nos bairros em crescimento. Em relação às tropas de bestas, Caio Prado Júnior afirma que: "[...] durante mais de um século constituirão o principal meio de locomoção e transporte da colônia e ainda no Império independente" e que sem elas, "o Brasil teria andado mais devagar ainda que andou" (PRADO JR., 2000, p. 266).

2 A inserção dos animais na vida urbana e a influência do discurso higienista

Diante do alastramento das epidemias no meio urbano, em grande medida inexplicáveis e creditadas a punições divinas até, pelo menos, a Renascença, a preocupação com a higiene nas residências e em espaços livres públicos e as estratégias

de combate às pragas se tornam recorrentes nas cidades modernas, tema que passa a dominar boa parte do debate urbanístico internacional do final do século XIX. Devido ao desconhecimento da etiologia das doenças infecciosas e, sobretudo, da precariedade nas condições sanitárias das cidades, “grandes epidemias assolaram as nações no passado, dizimando suas populações, limitando o crescimento demográfico, e mudando, muitas vezes, o curso dos acontecimentos” (REZENDE, 2009, p. 73). Dentre as grandes epidemias grafadas na história, boa parte delas relacionadas às zoonoses¹, destaca-se a peste², que no final da Idade Média dizimou um terço da população da Europa. Atualmente, vivenciamos a pandemia do coronavírus, de origem zoonótica. Quammen (2012), dentre tantos outros cientistas e pesquisadores, afirma que as pandemias originárias de zoonoses são um reflexo evidente das intervenções do homem no meio ambiente³.

É possível identificar a preocupação com as condicionantes ambientais e sua vinculação com a qualidade de vida nas cidades nas teorias desenvolvidas por Hipócrates no século V a.C, principalmente a partir de sua obra “Dos ares, das águas e dos lugares”⁴. Os estudos que procuravam pelo diagnóstico e pela cura das cidades⁵, e que se mostravam importantes instrumentos para analisar a relação dos fatores ambientais e das doenças no espaço, já se mostravam presentes antes mesmo de Ildefonso Cerda lavar pela primeira vez os termos urbanismo e urbanista, em 1859. As prescrições decorrentes de tais estudos tiveram repercussões na organização do espaço das cidades e conduziram, no decorrer do tempo, à corrente higienista, já no final do século XVIII, e ao urbanismo sanitário que marcou o pensamento sobre a cidade no século XIX e cujas influências podem ser detectadas ainda hoje. Ao discorrer sobre a história da cidade como organismo político, econômico e social, Benevolo (1999) inclui aspectos das suas transformações relacionados aos impactos das doenças e consequentes epidemias que acometiam a vida urbana, e destaca a implementação dos serviços higiênicos públicos e privados e suas influências sobre o desenvolvimento das cidades.

As tentativas de controle e domínio da natureza, sobretudo nas cidades em contextos industriais, não se restringem ao reino vegetal, mas se estendem ampla e claramente ao reino animal e principalmente às relações e experiências com os animais no contexto da vida urbana. Costa (2013), ao tratar sobre as influências do discurso médico e do higienismo no ordenamento urbano, destaca a importância em analisar as percepções e concepções de saúde e doença do século XIX e sua influência no surgimento de uma nova racionalidade médica e de como essa ecoou em uma mudança de mentalidade, interferindo no espaço e no modo de vida das sociedades. O autor reforça a importância da busca de uma compreensão acerca do modo que tais concepções “interferiram nas técnicas de organização do espaço urbano, nas intervenções na natureza, na elaboração de regras para localização e construção de cidades, cemitérios, hospitais, matadouros, fábricas, casas e outros equipamentos urbanos” (COSTA, 2013, p. 66).

Situação semelhante no que diz respeito à relação humano-animal, com suas representações, superstições e progressivas tentativas de controle, pode ser constatada no contexto específico das cidades brasileiras. Sobre o processo de reforma urbana que foi vivenciado no Rio de Janeiro, e saudado pela imprensa conservadora da época como um processo de regeneração, Sevcenko (2018) aponta os impactos das ações do governo em seu gesto reformador, destacando a perseguição às vacas, mendigos e cães, que revelaria “um horror dar autoridade ao que não é estável, fixo, imediatamente controlável” (SEVCENKO, 2018, p. 82). Sobre os animais existentes em São Paulo, entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX, Aprobato (2006, p. 78) destaca o profundo, complexo e intrincado processo de recolonização que sofreram, analisando como a “inumerável quantidade e variedade de animais que eram parte intrínseca, explícita e

¹ De acordo com Instituto Pasteur (2000), as zoonoses são doenças naturalmente transmissíveis entre animais e seres humanos

² A Peste Negra, uma zoonose, cujo vírus foi introduzido na Europa em 1348, se propagou com grande rapidez. A difusão do vírus foi facilitada por uma série de fatores. Um dos principais foi a inadequação da estrutura urbana à concentração demográfica (ARRUDA, 1993).

³ Em sua obra “*Spillover – Animal Infections and the Next Human Pandemic*”, publicada em 2012, David Quammen discorre acerca da forma de contágio feito através das zoonoses, com as transmissões de vírus e bactérias que migram de animais selvagens ou domésticos para a espécie humana, causando doenças e mortes. O termo “Spillover” é usado em ecologia para designar um vírus ou micróbio que se adaptou e migrou de uma espécie de hospedeiro para outra, como no caso do agente infeccioso da Covid-19.

⁴ As ideias e doutrinas contidas no tratado “Ares, água e lugares” foram utilizadas por viajantes e epidemiologistas do século XVII. Ressaltando tais influências, Cairus e Ribeiro (2005) indicam a publicação do tratado “*De Indiae ultrisque re naturali et medica*”, de 1658, em que o explorador holandês Guilherme Piso intitula o primeiro capítulo, onde trata acerca das doenças do Brasil, inspirado na obra: *Ares, águas e lugares*.

⁵ Com destaque para as Geografias e Topografias Médicas.

compreensível da cidade no século XIX” adquiriram, no limiar do novo século, “novos papéis, novas funções e novos significados” (APROBATO, 2006, p. 78).

O autor afirma ter existido uma tentativa de romper a continuidade das práticas cotidianas e de “colocar os animais única e exclusivamente dentro de uma conjuntura mais ampla de tentativa de controle e ordenação de todas as esferas da vida urbana, como seres passivos aos seus interesses particulares ou do que entendiam como sendo o bem público” (APROBATO, 2006, p. 81). As tentativas de domínio da natureza, no limite, não parecem de todo estranhas à vontade de poder inerente à condição humana e às manifestações dessa vontade no que diz respeito às relações de controle e coerção que o poder impõe à vida em sociedade. Segundo Foucault ([1975] 2014), o poder disciplinar na sociedade ocidental é alcançado através do ordenamento e manipulação das atividades dos corpos no tempo e no espaço. Os dispositivos disciplinares que buscaram organizar, disciplinar e dar ordem aos corpos orientou a dinâmica e morfologia urbana da época, isto é, das cidades no final do século XIX, de modo incisivo. O autor reforça ainda que “o terror da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem (...) estaria por trás desses dispositivos”, sustentando-os. Definindo muito bem essa relação ao afirmar: “a peste como forma real e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 192).

Se o desejo de disciplinar e controlar o meio de vida, de modo geral, pode ser reconhecido como um traço preponderante da modernidade — mas não restrito à ela, o interesse manifesto pelas visões científicas modernas em perscrutar, dissecar e, em grande medida, reprimir a natureza, almejando evitar “a desordem” em suas formas “reais ou imaginárias”, por sua vez, viria a impactar de modo significativo a relação entre o humano e o natural, sobretudo no meio urbano. No contexto da modernização das cidades e da busca pelo progresso, Aprobato (2006) ressalta o modo como os animais, ao serem colocados sob a mira do moderno, da higiene e da civilização, foram “ganhando outros graus de importância e valor, foram se transformando em objeto de novas formas de controle, uso, sensibilidade e atitude; e passam a ter outros significados e representações” (APROBATO, 2006, p. 84). Entende-se, sob a ótica aqui adotada, que o processo de objetivação da natureza assistido a partir da modernidade tem repercussão não apenas nas relações entre cidade e natureza, mas também nos modos específicos pelos quais o natural e, em especial, os animais são admitidos, ou não, no meio urbano contemporâneo.

Ao tratar dos dispositivos de controle do espaço, Foucault ([1975] 2014) evidencia o modo que estes eram aplicados a nível urbano, como pode ser observado em algumas medidas estabelecidas por um regulamento do século XVII, de quando se declarava a peste em uma cidade e se instaurava um policiamento espacial estrito, incluindo: “(...) o fechamento claro da cidade e da “terra”, proibição de sair sob pena de morte, **fim de todos animais errantes** [negrito nosso], divisão da cidade em quarteirões diversos onde se estabelece o poder de um intendente (...)” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 190). Observa-se, com isso, em que medida o saber técnico foi encampado pelas intenções pragmáticas de ordenamento e controle do meio urbano e dos elementos naturais que o permeiam, com especial destaque à errância de animais.

É possível verificar que muitas políticas sanitárias relacionadas inicialmente à teoria climática e ao contagionismo — baseados nos tratados hipocráticos que relacionam as doenças à influência atmosférica e as emanações miasmáticas — buscavam o controle sobre o meio com uma política que visava implementar uma arquitetura disciplinar e em nível urbano, através da organização de um sistema de águas e esgotos, por exemplo. Abordando a relação do urbano com o natural sob o ponto de vista histórico e sob a perspectiva específica das contaminações, Sennet (2018) destaca que os primeiros urbanistas que tentaram enfrentar decididamente os problemas que a cidade moderna sofria com a intensa proliferação de doenças eram antes engenheiros do que médicos.

3 Tentativas de controle dos animais no espaço urbano paulistano

Vários aspectos podem apontar para uma hegemonia de um urbanismo higienista no processo histórico de formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo. Acerca da “medicalização da cidade”, Mantovani (2017) estima que ela foi instaurada na cidade entre 1819 e 1822, segundo aquilo que foi possível verificar em suas pesquisas. Mediante uma análise da documentação das políticas em âmbito municipal, é possível notar que as primeiras preocupações com saúde pública no espaço urbano já traziam uma relação com os animais. Nas posturas de 1820, relacionadas ao controle de animais, havia uma prevalência da tratativa sobre animais ferozes, que traziam inconvenientes em via pública, e conforme analisa

Mantovani, as práticas relacionadas à matança dos cães já estavam presentes nesta época⁶. Em 1830 as leis podem ser entendidas tanto como medidas de saúde pública, como medidas tomadas para evitar que os animais causassem danos ao patrimônio alheio.

Ao traçar uma investigação acerca da preocupação com relação à presença de animais no contexto do planejamento urbano no início do século XX, Aprobato (2006) evidencia, a partir de sua análise da legislação municipal de São Paulo, os modos pelos quais os animais transformam-se em alvo constante de perseguição, mencionando leis que demonstram a intenção de afastar, camuflar a sua existência na cidade, por meio de um controle intenso (APROBATO, 2006, p. 117). Em relação a esses confrontos, o autor complementa: "(...) os animais, mais do que representações, são presenças vivas, que se manifestam das mais diversas maneiras se interpondo constantemente nos caminhos da tão almejada e exclusivista modernização" (APROBATO, 2006, p. 114). A presença dos cães nas ruas e a imagem da carrocinha como parte do cotidiano dos imigrantes é retratada com tom de testemunho no romance "Anarquistas Graças a Deus" de Zélia Gattai (1998). A autora traz em sua narrativa detalhes da rotina da carrocinha pelas ruas, demonstrando o enfrentamento por parte dos moradores para salvar os animais das laçadas dos agentes de zoonoses. Diante de uma série de posturas que buscavam controlar a população de cães nos espaços urbanos, especialmente em São Paulo, no contexto da modernização da cidade, verifica-se certa resistência e ações por parte de alguns moradores para "proteger" tais animais. Apesar de todos os esforços da Lei, os cães seguiam frequentando os espaços públicos da cidade.

Eu detestava os 'homens da carrocinha' ainda mais do que a dona Vicenza. Quando os via acuando um cão — dois e três homens, armados de laços, contra pobre e indefeso animal — sentia ódio dos covardes. Muitas vezes agarrava-me ao bichinho, sem jamais tê-lo visto antes, para evitar que fosse lançado (GATTAI, 1998, p.71).

Os cães soltos pelas ruas das cidades passaram a representar para muitos o passado "rural" e "colonial" da cidade, que deveria ser combatido e apagado, já que correspondia à antítese do progresso almejado. No entanto, havia camadas da população mais sensíveis aos cuidados e ao respeito com os animais, que criavam uma espécie de resistência a esses projetos modernizantes e autoritários como demonstram os relatos, reportagens, crônicas e outras documentações relacionadas ao período. A tratativa com os cães e o uso da carrocinha se faz presente nesta discussão por sua representatividade no imaginário urbano, especialmente da cidade de São Paulo, tendo em vista o apelo utilizado em relação ao combate à uma zoonose bem conhecida: a raiva. Embora os cães já fossem "exterminados" muito antes disso, quando havia uma tentativa de controle da população de cães nas ruas com o uso de bolas envenenadas para a matança desses animais, o perigo do contágio pela raiva foi usado como escudo para justificar a captura e o extermínio desses cães, mesmo sem nenhuma comprovação de estarem contaminados pela doença.

Inclusive, a partir de 1875 inicia-se uma diferenciação dos cães por categoria de importância econômica. Tal medida apresentava uma distinção clara, no que diz respeito às regras da lei, sobre quais tipos de cães mereceriam permanecer no meio urbano. A modificação no Código de Posturas da Cidade de São Paulo acrescentava a questão da posse de animais e também da raça. O Art. 53 indicava que só seria permitido ter solto nas ruas da cidade "os cães de raça e que fossem mansos, cujos donos tenham pago licença à Câmara", e esses deveriam possuir uma coleira para comprovar sua "licença". A questão da higiene e da saúde ficava em outro plano no que diz respeito a algumas práticas da época, como indica Aprobato (2006): "Para uma cidade que buscava modernizar-se não bastava apenas controle, era também de suma importância demonstrar graça, beleza e refinamento" (APROBATO, 2006, p. 128). Acerca de tais relações, vale recuperar o olhar do cronista Jorge Americano sobre os cães nas ruas da cidade de São Paulo de 1962, em que escreve em tom irônico e ressaltando uma lenda urbana também disseminada na época da carrocinha (que os cães virariam sabão após mortos)⁷:

⁶ Mantovani (2017) localiza a despesa de "10\$120rs" feita em maio de 1831 pela Câmara para a "matança de caens, que a Câmara não julga excessiva", conforme o registro geral de 1936 (p. 188), mas cabe reforçar que tais práticas já estavam presentes na década anterior.

⁷ Nos manuais que indicam os procedimentos adotados na época (BRASIL, 1989), relacionados ao combate às zoonoses, e incluem os aspectos quanto ao encaminhamento desses animais, não há nenhuma indicação condizente com o tipo de prática que utilizaria a gordura de cães para

Pensei que não havia mais, porém há tempos ainda vi uma. Cachorros de comportamento execrável, que costumam latir e agredir sem motivo, viravam da esquina de onde vinha o perigo e pretendiam fazer amizade de última hora com a gente que passava. A explicação, eu tive ao chegar à esquina. Homens perseguiam-nos com grandes laços, no que eram atrapalhados propositadamente pelos moleques da rua. (...) Eles, que sempre viveram inúteis, à cata de um osso nas latas de lixo, sem terem onde cair mortos, desesperavam-se diante da perspectiva honrosa de morte digna, que os transformaria em sabão de lavar roupa! (AMERICANO, 1963, p. 141).

É possível observar certo antagonismo paradoxal contido na dimensão imaginária da técnica, a partir da ideia de que havia uma dissolução do elemento teriomórfico (o cão raivoso) em sabão (relacionada à imagem da limpeza), ancorando assim os ideais higienistas e os elementos para a afirmação de uma cidade sã. O cinema brasileiro também representou a ideia dessa relação, com destaque para o filme “A Carrocinha”, de 1955, que, como o nome sugere, trata a temática de modo mais direto. O início do filme não poderia ser mais significativo: mostra a chegada da carrocinha na cidade, como símbolo do progresso. Ao longo da narrativa, a resistência em apreender os cães, por parte do agente designado, é muito marcante (inclusive, em diversas cenas do filme o agente da carrocinha é confrontado e pressionado pelo prefeito da cidade por não “cumprir” adequadamente seu papel ao deixar de capturar os animais ou soltá-los depois da apreensão), o que retrata um pouco do discurso higienista usado na época, em que o extermínio de animais era posto como necessário em defesa de um “bem maior”, da higiene e saúde urbana.

Ao traçar uma análise acerca das mudanças de atitudes em relação aos animais, Thomas (2010) identifica a presença substancial dos animais nas cidades do início do período moderno e os esforços das autoridades municipais, no decorrer do tempo, em conter a circulação deles (sejam porcos, vacas, cavalos ou cães) – e que em grande medida se mostravam ineficazes (THOMAS, 2010, p. 133). Conforme aponta Castro-Gomez, o imaginário do progresso aparece como um “produto ideológico” elaborado pelo “dispositivo de poder moderno/colonial” (CASTRO-GOMES, 2005, p. 91), sendo que as ciências sociais atuavam estruturalmente como um “aparelho ideológico” no qual se legitimava a exclusão e o disciplinamento daqueles que não se encaixavam nos “perfis de subjetividade” dos quais o Estado precisava para executar suas políticas de modernização. Embora o arcabouço legal relacionado às práticas de combate às zoonoses tenha sido revisado, excluindo de suas diretrizes tais práticas consideradas violentas e cruéis, muitos aspectos relacionados a este passado de exclusão seguem consolidados no imaginário das cidades brasileiras, influenciando a relação humano-animal e também o modo de pensar e de construir a vida urbana.

4 Outro alvo constante: as formigas

Ao tratar da perseguição sofrida pelos animais no contexto do planejamento urbano da cidade de São Paulo através, principalmente, da legislação municipal, Aprobato (2006) destaca as espécies que estiveram, de modo mais significativo, no alvo dessa busca incessante de controle por parte do poder público municipal: os cães e as formigas. A célebre frase do naturalista francês Saint-Hilaire: 'Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil' (SAINT-HILARE, 1851) demonstra essa preocupação recorrente com a presença das formigas. Entre 1788 e 1797, os habitantes da cidade de São Paulo eram “coagidos a extinguirem imediatamente todos formigueiros que aparecessem dentro de seus muros e valados” (APROBATO, 2006, p. 178). A cidade que se modernizava abria uma grande batalha contra as formigas e seus formigueiros, que se intensificava através das posturas e leis que decretavam o “necessário” combate a tais insetos. Com o desequilíbrio e a destruição da vegetação natural e de insetos, aves e animais — como tatus e tamanduás (que se alimentam de formigas), a São Paulo de 1920 se viu diante de um aumento progressivo das tão indesejáveis formigas.

Nas últimas décadas do século XIX, a presença desses insetos e a “destruição” que causavam às plantações e jardins, se somava à carga de significados a eles associados: “representação do passado indígena, rural e colonial da cidade”, que para alguns destoava do “ideal de modernidade que se queria imprimir à cidade” (APROBATO, 2006, p. 200). Ao se referir às formigas, vale lembrar a frase de Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, que na história fictícia havia sido

fabricação do sabão. A prática era comum com bois e porcos, e talvez tenha sido associada à carrocinha pela similaridade do veículo que deslocava esses outros animais com a finalidade de produção de sabão. Alguns veterinários afirmam inclusive que a retirada de gordura destes cães seria insignificante se comparada aos outros animais, e que a prática não se sustentaria neste sentido.

escrita no livro de visitas do Instituto Butantã de São Paulo: “POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA, /OS MALES DO BRASIL SÃO” (ANDRADE, 1988, p. 82), se apropriando de uma expressão que ao encontro do discurso médico-sanitarista da época, que muito influenciou nas mudanças de percepção e na tratativa em relação aos animais.

Com um breve exemplo dessa relação com as formigas traçada ao longo do desenvolvimento da cidade de São Paulo e que tem vários reflexos na imagem que fazemos acerca da inserção desses insetos na vida urbana, podemos ter indícios de como esse “distanciamento” pode se enraizar nas dinâmicas da vida urbana, de modo a ressaltar uma barreira entre a vivência da vida animal e a vida humana, principalmente diante da noção de modernização. Para que seja possível propor práticas contra-hegemônicas, se mostra necessário reconhecer as práticas que foram empregadas ao longo do processo de desenvolvimento das cidades. Neste sentido, a perspectiva histórica apresentada, quanto à relação humano-animal no contexto da vida urbana, nos dá uma base para propor uma reflexão que estimule outras relações com os animais que habitam o espaço urbano, e que permita questionar o pensamento hegemônico em arquitetura e urbanismo.

5 Vislumbrando práticas insurgentes e a possibilidade de descolonizar o futuro

Para tratar daquilo que denomina “a invenção do outro”, Castro-Gomez (2005) evoca Beatriz González Stephan que estudou os dispositivos disciplinares de poder no contexto latino-americano do século XIX. A autora identifica três práticas disciplinares que teriam contribuído para “forjar” os cidadãos latino-americanos do século XIX: [1] as constituições, [2] os manuais de urbanidade e [3] as gramáticas do idioma. Dentro de sua lógica, o projeto funcional da nação se consolidaria mediante à implementação de instituições legitimadas pela letra (escolas, hospitais, oficinas, prisões) e os discursos hegemônicos (mapas, gramáticas, constituições, manuais, tratados de higiene). Diante disso, Castro-Gomez (2005) destaca a ideia de que a constituição do sujeito moderno viria de encontro com a exigência do autocontrole e da repressão dos instintos, buscando tornar mais visível a “diferença social”, afirmando que a urbanidade e a educação cívica “desempenharam o papel, assim, de taxonomia pedagógica que separava o fraque da ralé, a limpeza da sujeira, a capital das províncias, a república da colônia, a civilização da barbárie” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 89).

Se o planejamento progressista necessita, como afirma Miraftab (2016), de uma virada ontológica na teorização das práticas de planejamento, o que poderíamos chamar de planejamento insurgente? Que outras esferas precisamos inserir para repensar as relações humano-animal no âmbito da vida urbana? A autora entende que, para alcançar tal ruptura ontológica na teorização das práticas de planejamento propostas se faz necessário compreender a esquizofrenia do planejamento e reconhecer o leque de práticas insurgentes, para, por fim, descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro (MIRAFTAB, 2016). Para Escobar (2019), a crise atual de habitabilidade e do urbanismo está diretamente relacionada ao modelo ocidental patriarcal capitalista que tem corroído o modo sistêmico do habitar na interdependência radical do todo existente. Em sua visão, devemos rever a ética e o respeito que envolve a coexistência de um mundo pluriversal através de um processo de construção de espaços de cura, de re-comunalização e reconexão com a Terra, onde seja introduzido algum tipo de equilíbrio biofísico baseado em um metabolismo urbano diferente. Escobar entende que um caminho possível pode ser encontrado através do espírito do urbanismo experimental e da reformulação de visões da cidade como aberta, permeável⁸ (SENNETT, 2018) que possa nos curar da nossa “cultura fragmentada” (ESCOBAR, 2019, p. 140).

Em uma chave que questiona a concepção ocidental de ciência que estabelece uma oposição entre natureza e cultura, Descola (2006) reflete sobre o desenvolvimento das ciências e das técnicas que estabeleceram uma exploração desenfreada de uma natureza que passa a ser composta por objetos sem ligação com os humanos: plantas, animais, terras, águas e rochas que foram convertidos em meros recursos a serem usados e explorados a nosso favor. Nesse momento, a natureza teria perdido sua alma e “nada mais nos impedia de vê-la unicamente como fonte de riqueza” (DESCOLA, 2006, p. 23). Diante disso, Descola entende ser necessário reconhecer a forma como as civilizações que costumamos designar como “primitivas” estabelecem outras relações de cumplicidade e de interdependência com os habitantes não humanos no

⁸ Em “Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta”, Sennett (2018) entende que a “cidade aberta” seria aquela com capacidade de proporcionar um espaço permeável de encontros, e em suma, que incluísse e acolhesse a diferença e a diversidade. Para ele, a ligação ética entre urbanista e urbanita estaria na prática de “um certo tipo de humildade: viver como um em meio a muitos, mobilizado por um mundo que não nos espelha” (SENNETT, 2018, p. 334).

mundo, para refletir sobre o modo como podemos enfrentar as questões para "inventar maneiras originais de habitar a terra", "inventar formas novas (...) de viver juntos" (DESCOLA, 2006, p. 27).

Em "O Jardim de Granito: A natureza no desenho da cidade", Spirn (1995) trata da questão dos animais, usando o jogo de palavras "*pets and pests*" para se referir aos animais urbanos domésticos, de convívio próximo a nós, e àqueles que se tornam "indesejáveis" no contexto da vida urbana. Acerca da difícil coabitação dos humanos com outros animais, Spirn reforça o impacto causado pelo desenvolvimento das cidades que alteram significativamente as condições de vida dos animais selvagens e seus habitats. As fragmentações dos habitats dos animais selvagens criadas a partir das nossas ações e intervenções como planejadores urbanos e as modificações do meio de modo geral causam, em grande medida, desequilíbrios na lógica ambiental. As pragas e doenças que emergem nas cidades, especialmente pelas zoonoses, seriam o reflexo de um modo de operar no meio urbano que desconsidera a existência da vida animal e seu papel no contexto mais amplo. "A forma da cidade limita não só a abundância, mas também a diversidade dessa vida selvagem, que poderia ser uma amenidade. Ao mesmo tempo, a maior parte da vida selvagem que resiste na cidade se transforma em pragas" (SPIRN, 1995, p. 231).

Para além de sua função ecológica, ou aquelas que os humanos atribuíram a eles (muitas vezes de modo exploratório e cruel), os animais se mostram como agentes significantes na construção das cidades, seja em número, por sua presença ou por sua colaboração ativa na dinâmica urbana. Reconhecer parte do processo histórico relacionado à sua existência no meio urbano, mediante a uma crítica do pensamento e das políticas urbanas dominantes, pode contribuir para discutir acerca da necessidade de repensar as relações que mantemos com outros seres. Estimulando, inclusive, a reflexão sobre os modos como podemos construir novos mundos que sejam harmônicos para os companheiros multiespécie que habitam e partilham do mesmo espaço. Entende-se aqui que a complexidade e a relevância do assunto merecem uma atenção especial, com uma reflexão crítica que leve em conta as discussões propiciadas pelos estudos pós-coloniais, com especial interesse nos conceitos de colonialidade do poder de Quijano (2005), de relacionalidade, radical interdependência e do pluriverso, trabalhados por Escobar (2019) e que busquem um planejamento progressista que trate das injustiças espaciais ousando "imaginar um futuro radicalmente diferente que seja mais justo e que corporifique um urbanismo humano" nos termos do que indica MirafTAB (2016, p. 376), sendo que aqui caberia ainda utilizar o termo urbanismo mais-que-humano⁹, incluindo o debate sobre os animais urbanos e toda vida animal que permeia a vida urbana.

6 Considerações finais

Partindo do pressuposto de que os processos que envolvem a tratativa com os animais nas cidades foram fundamentais para modelar a relação humano-animal no contexto da vida urbana e os modos de pensar e viver as cidades, propõe-se com essa breve reflexão ampliar o debate acerca dessas relações e do papel desses viventes animais no contexto das cidades contemporâneas. Há um enraizamento das antigas práticas em relação à presença e ao papel do animal no meio urbano, sendo, portanto, fundamental o reconhecimento desse processo para que se possa ressignificá-lo na prática, o que contribuiria de modo relevante com a saúde pública¹⁰ e com uma convivência mais harmônica entre humanos e animais nas cidades. Diante dessas primeiras reflexões suscitadas, reforça-se a ideia de que só seria possível construir um pensamento crítico acerca da relação humano-animal e do combate às zoonoses nas cidades a partir de uma leitura da realidade brasileira, para que seja viável fomentar as discussões no campo da arquitetura e do urbanismo, e enfrentar todos os desafios existentes, buscando, ainda, imaginar outros futuros que abram possibilidades para um urbanismo mais-que-humano, que inclua e valorize o nosso convívio com as espécies companheiras nos moldes do que propõe Donna Haraway (2021).

⁹ O uso do termo "mais-que-humano" é empregado aqui como uma tentativa de tornar a relação entre animais e humanos menos dicotômica, nos moldes do que tem feito autoras como Donna Haraway (2016) e Marisol La Cadena (2018). O termo também é utilizado por Escobar (2019), com base nos conceitos de Franklin (2017).

¹⁰ Um relatório publicado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) indicou que mais de 75% das doenças humanas emergentes do último século são de origem animal (zoonoses).

Conforme enfatizado anteriormente, não se trata apenas de reconhecer o papel ecológico relacionado à vida animal no meio urbano, mas suas existências e seu direito de habitar conjuntamente o espaço das cidades, de maneira saudável para todas espécies envolvidas. Se os animais seguirem inviabilizados quanto a sua vivência nas cidades, e permanecerem em alguma medida excluídos ou rejeitados no âmbito da partilha do espaço urbano, não será possível avançar no sentido de efetivar a construção de um futuro que considere e que valorize a relação entre companheiros multiespécies, como parte de uma cidade que se faz em conjunto, combatendo o pensamento hegemônico que tanto persiste no campo da arquitetura e do urbanismo.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

Referências

ADORNO, T. W. **O ensaio como forma**. In: G. Cohn (Org.), *Sociologia: Adorno* (pp. 167-187). São Paulo: Editora Ática, 1986.

ANDRADE, M. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. Edição crítica. Coordenação Telê Porto Ancona Lopes. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

APROBATO FILHO, N. **O couro e o aço**: sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

ARRUDA, J. J. A. **História antiga e medieval**. 16ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1993.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Zoonoses. **Procedimentos para o controle de populações animais urbanas**. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, Divisão de Zoonoses - Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1989.

CAIRUS, H., RIBEIRO JR., W. A. (Ed.) **Textos Hipocráticos**: o doente, o médico e a doença Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CASTRO-GOMEZ, S. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: LANGER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

COSTA, M. C. L. **O discurso higienista definindo a cidade**. *Mercator, Fortaleza*, v. 12, n. 29, p. 51-67, 2013.

DE LA CADENA, M. **Natureza incomum**: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

DESCOLA, P. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2006.

ESCOBAR, A. **Habitability and design**: Radical interdependence and the re-earthing of cities. *Geoforum*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.02.015>.

FRANKLIN, A. **The more-than-human city**. *The Sociological Review*, 65(2), 202–217, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-954X.12396>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [1975] 2014.

GATTAI, Z. **Anarquistas, graças a Deus**. 29º ed. - Rio de Janeiro: Record, 1998.

HARAWAY, D. **Antropoceno, Capitoloceno, Plantationoceno, Chthuluceno**: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica* – pesquisa, jornalismo e arte, ano 3, nº 5, abr. 2016.

HARAWAY, D. **O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Trad. Pê Moreira. Revisão técnica e posfácio Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

MANTOVANI, R. **Modernizar a ordem em nome da saúde**: a São Paulo de militares, pobres e escravos (1805-1840). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017.

MIRAFETAB, F. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. *REV. BR AS. ESTUD. URBANOS REG. (ONLINE)*, RECIFE, V.18, N.3, p. 363-377, SET.-DEZ. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/iDAsoR>.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

QUAMMEN, D. **Spillover**: animal infections and the next human pandemic. New York: W.W. Norton and Co.; 2012.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANGER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REZENDE, JM. **À sombra do plátano**: crônicas de história da medicina [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

SAINT-HILARE, A. **Voyage Dans les Provinces de Saint-Paul Et De Sainte-Catherine**. Paris: A. Bertrand, 1851.

SENNETT, R. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Tradução: Clóvis Marques – 1 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018.

SEVCENKO, N. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo. Editora Unesp, 2018.

SPIRN, A. W. **O Jardim de Granito**: A natureza no desenho da cidade. Tradução Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.